



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,52% São Paulo	0,45% Nova York	R\$ 5,420 (- 0,2%)	R\$ 1.518	R\$ 6,311	14,90%	14,90%	junho/2025 0,24 julho/2025 0,26 agosto/2025 -0,11 setembro/2025 0,48 outubro/2025 0,09
	161.092 3/12 4/12 5/12 8/12	2/dezembro 5,330 3/dezembro 5,313 4/dezembro 5,310 5/dezembro 5,432					

INDÚSTRIA DA SAÚDE

Ações contra planos podem explodir até 2035

Estudo do IESS projeta até 1,2 milhão de ações por ano e aponta falhas regulatórias, custos crescentes e falta de coordenação entre operadoras, Judiciário e governo. Entre em 2020 e 2024, o volume de ações aumentou 112%

» RAFAELA GONÇALVES

A judicialização dos planos de saúde pode chegar a 1,2 milhão de novos processos por ano até 2035, caso não haja mudanças estruturais capazes de conter o avanço das disputas na Justiça. A projeção aparece no estudo “Judicialização na Saúde Suplementar: Desafios Regulatórios e Caminhos para a Sustentabilidade do Setor até 2035”, produzido pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), em parceria com o juiz federal Clenio Schulze.

O relatório mostra que o fenômeno já cresce em ritmo acelerado. Entre 2020 e 2024, o volume de ações mais que dobrou — alta de 112% — até alcançar 298,7 mil novos processos em 2024, o equivalente a uma nova ação a cada 1 minuto e 45 segundos. Mantido esse ritmo, o setor tende a enfrentar forte pressão financeira e regulatória, com impactos diretos sobre a previsibilidade dos serviços oferecidos aos beneficiários.

Os dados do estudo apontam que as causas da judicialização permanecem relativamente estáveis. Medicamentos lideram 35% das disputas, seguidos por tratamentos médico-hospitalares (30%), reajustes contratuais (20%), órteses, próteses e materiais especiais (10%) e home care (3%).

A concentração geográfica também é significativa. São Paulo responde por 38% das ações, seguido por Rio de Janeiro (15%), Minas Gerais (9%) e Rio Grande do Sul (8%).

Entre 2019 e 2023, a judicialização consumiu cerca de R\$ 17,1 bilhões das operadoras. Em 2024, o setor movimentou R\$ 350 bilhões em receitas, com lucro líquido de R\$ 11,1 bilhões — números que, segundo o IESS, revelam robustez, mas também um ambiente pressionado por custos crescentes e imprevisibilidade regulatória.

Para o superintendente executivo do IESS, José Cechin, o estudo deixa claro que o tema exige



R\$ 350 BILHÕES

Foi quanto as operadoras de saúde movimentaram em receitas no ano passado

R\$ 11,1 BILHÕES

foi o valor do lucro líquido do setor

articulação institucional. “A judicialização não é apenas um fenômeno jurídico; é um indicador de que nossas estruturas de diálogo, regulação e mediação ainda não estão funcionando como deveriam. Quando o Judiciário vira porta de entrada do sistema, todos perdem”, afirma.

Além disso, o estudo mapeia iniciativas consideradas bem-sucedidas no esforço de desjudicialização. A Notificação de Intermediação Preliminar (NIP), da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), mantém a taxa de resolução acima de 90%.

Câmaras de mediação estaduais, como as do Rio de Janeiro e da Bahia, já evitaram mais de 80 mil processos desde que foram criadas. O sistema e-NatJus, gerido

pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), soma mais de 272 mil notas técnicas e registrou alta de 40% nas consultas somente em 2024.

Rol taxativo

Em setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu novos critérios para a cobertura de tratamentos fora do rol da ANS. A normativa determina que a cobertura só vale quando houver indicação médica fundamentada, ausência de alternativa terapêutica no rol, comprovação científica de eficácia, recomendações de órgãos técnicos reconhecidos e registro na Anvisa.

A decisão é considerada favorável às operadoras e seguradoras e, segundo especialistas, tende a

prejudicar pacientes com doenças raras ou pouco frequentes, já que os planos passam a não ser obrigados a cobrir tratamentos que não estejam previstos no rol de procedimentos.

Para o advogado Gustavo Clemente, especialista em Direito Médico e da Saúde, a decisão inaugura “um novo paradigma de segurança jurídica e responsabilidade para os hospitais”. Ele avalia que o impacto na judicialização deve variar conforme o prazo. “No curto prazo, é possível que haja um aumento de processos, especialmente para discutir a interpretação dos critérios, como o da comprovação científica de eficácia e segurança”, afirma.

Já no médio e longo prazo, Clemente acredita que a previsibilidade trazida pelo STF pode reduzir

litígios, ao desestimular negativas infundadas e facilitar autorizações administrativas. O advogado destaca, ainda, desafios operacionais para os hospitais, que precisarão rever rotinas e capacitar equipes.

Projeções

Para os próximos 10 anos, o IESS projeta três possíveis trajetórias para a judicialização. No cenário pessimista, o volume de ações poderia chegar a 1,2 milhão por ano. No cenário considerado realista, haveria estabilização em torno de 400 mil processos anuais.

Já o cenário otimista prevê redução para cerca de 170 mil ações, resultado de medidas como o fortalecimento da mediação

pré-processual, a criação de um NAT específico para a saúde suplementar e avanços em transparência regulatória.

Segundo Cechin, o futuro dependerá da capacidade de o setor implementar reformas. “O Brasil já mostrou que sabe construir soluções inteligentes: NAT-JUS, Conitec e NIP são provas disso. Falta agora integrar essas iniciativas em um modelo coerente, previsível e sustentável. A janela de oportunidade existe, mas não ficará aberta para sempre”, diz.

A conclusão do estudo mostra que a judicialização só deixará de ser a rota dominante se houver coordenação institucional, modernização regulatória e ampliação dos mecanismos administrativos para resolver conflitos. “O acesso à saúde não pode depender da capacidade individual de litigar. Nosso desafio é construir um sistema que funcione para todos, sem precisar do Judiciário como mediador permanente”, resume Cechin.

Ricardo Stuckert / PR



Lula e ministros assinaram atos durante participação na conferência

Governo libera recursos para o SUAS

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, ato que autoriza o pagamento de R\$ 79,2 milhões por ano a estados e municípios no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Os recursos, de acordo com o governo federal, serão geridos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma política pública que busca organizar e garantir a proteção social no Brasil, ao qual o Peti está vinculado.

A assinatura do ato em apoio ao Peti foi realizada durante a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, em Brasília.

No evento, que celebrou os 20 anos do SUAS, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, destacou que o ato marca a retomada do programa. “Estamos aqui hoje trazendo de volta o PETI, o programa de combate ao trabalho infantil, que é esse time

que vai colocar. Estamos cuidando também da política de cuidados, que a gente trabalha desde a aprovação da lei, em 2024”, explicou.

Lula também defendeu a realização de estudos para verificar a viabilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 383, que prevê percentuais mínimos de financiamento para a assistência social no país.

As autoridades e representantes da sociedade civil reforçaram a mobilização pela aprovação da proposta. “Para o SUAS continuar forte, vibrante, presente em todos os lugares desse país e garantir proteção social, ele precisa de financiamento público. Nós precisamos que se aprove a PEC 383 e que se garanta 1% para a política de assistência social”, defendeu Aldenora Gomes Gonzalez, representante das usuárias e usuários do SUAS.

“A PEC 383 é uma posição que defendemos o entendimento. O entendimento não é só uma decisão da União, a PEC tem que gerar o cofinanciamento, do jeito

que nasceu na educação e na saúde, tripartite. Município, estados e governo federal. E é isso que temos que trabalhar”, defendeu o ministro Dias.

Lula, por sua vez, ponderou não prometer aprovação da matéria, que tramita na Câmara desde 2017. “É preciso que a gente pelo menos estude (a PEC). Qual é a viabilidade econômica da gente ter um dinheirinho fixo para não ter que ficar brigando pelo orçamento? Eu acho que pelo trabalho que vocês (quem atua na assistência social) apresentaram por esse país nesses anos todos, vocês ganharam respeitabilidade”, discursou o petista.

André Quintão, secretário Nacional de Assistência Social, exaltou a dedicação dos profissionais que atuam no SUAS e ajudam idosos, mulheres, crianças e adolescentes. “São os mais de 400 mil trabalhadores e trabalhadoras do SUAS de nível médio, nível superior, advogados, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais,

sociólogos, todos eles que têm a responsabilidade de fortalecer a nossa rede de proteção social”, disse.

Também houve a criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Assistência Social.

Pela primeira vez, foi estabelecida a obrigatoriedade de cotas para a eleição de delegados que participaram desta 14ª edição. Com isso, houve aumento da diversidade no evento, com a inscrição de 688 pessoas pardas, 474 pretas, 37 indígenas e 26 pessoas transgênero, reforçando o caráter democrático do evento. Além disso, o critério de delegados por estado foi alterado para considerar o número de inscritos no Cadastro Único, ampliando a voz dos estados das regiões Norte e Nordeste.

A 14ª Conferência Nacional termina hoje, com a Plenária Final que aprovará as deliberações nacionais para o aprimoramento do sistema. (Com Agência Brasil)